

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO/MG

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024

A **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.246.208/0001/71, com sede na Rua Herman Toledo nº 256/250/258, São Pedro na cidade de Juiz de Fora – MG, através de seu representante legal, infra assinado, vem até Vossa Senhoria, para, tempestivamente, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão de habilitação de R.A.M. Marques Comercio de Produtos Médicos Ltda, nos termos dos fatos e direto a seguir aduzidos:

I - DOS FATOS:

A **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME** participou do processo em epígrafe, da qual a empresa de R.A.M. Marques Comercio de Produtos Médicos Ltda, ofertou o menor lance e, para a completa surpresa da recorrente, foi habilitada.

Tal surpresa se dá, haja vista que a referida empresa não possui o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) correspondente ao objeto licitado. Ademais, não consta em seu contrato social a especificação relativa ao objeto do certame, nem a devida autorização da Vigilância Sanitária para a realização de manutenção em equipamentos médicos odontológicos, demonstrando que ela não apresenta a Habilitação Jurídica necessária e a qualificação técnica exigida para a contratação em tela, motivo pelo qual deveria ter sido inabilitado, *data venia*.

Assim, tendo os fatos sido explicados, passamos aos entendimentos doutrinários que explanam e demonstram a razoabilidade dos argumentos nestas aludidos.

II - DO DIREITO:

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).

O edital da licitação em comento previu as seguintes regras:

9. DA HABILITAÇÃO 9.1. Todos os documentos de Habilitação constante neste tópico (ITEM 9) DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ser anexados e apresentados no ato do cadastro da proposta, em conformidade com o item 5.1. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI.

(...)

9.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:


(..)

9.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

(...)

9.15. OUTROS DOCUMENTOS

9.15.5. AFE/ANVISA para distribuição de peças e equipamentos odontológicos e periféricos.

 **CONTRALUZ PSICOFÍSICA**
Atividade: 2820-10-01 (Atividade de Psicologia)

Rua José Galvão, nº 42
Cidade: Curitiba/PR
CEP: 71.640-000
Fone: (41) 324-0001 Fax: (41) 324-0002
E-mail: contraluz@contraluz.com.br

R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI
ATO DE TRANSFERÊNCIA DO REGISTRO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA E/OU EXCLUSIVAMENTE EMPRESARIAL LIMITADA R-07

2 – Constituem objeto da empresa as seguintes atividades:

- Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 46.45-1/01);
- Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia (CNAE 46.45-1/02);
- Comércio atacadista de produtos odontológicos (CNAE 46.45-1/03);
- Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças (CNAE 46.64-5/01);
- Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador (77.29-0/02);
- Aluguel de material médico (CNAE 77.29-0/03);
- Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletrocardioplúcticos e equipamentos da radiologia (CNAE 33.12-1/02);
- Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle (CNAE 33.12-1/02);
- Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente (CNAE 33.14-2/01);
- Produção de veículos (73.19-6/02);
- Representantia comercial a agentes do comércio de instrumentos e materiais odontológicos hospitalares (CNAE 46.19-4/02);
- Representantia comercial e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 45.19-2/00);
- Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás (43.23-0/01);
- Serviços de engenharia (71.12-0/00).


3 – A empresa iniciou suas atividades em 31 de março de 2010 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

4 – O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (com mil reais) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, pelo ato na seguinte proporção:

Roberto Afonso Miranda Marques 100.000 reais 100.000,00

5 – Em caso de alterações o sócio adquirentes preferencialmente a forma mencionada no §2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002.

6 – O preço máximo de administração e gestão tem duração de uma reintra mensal, a título de pro labore cujo valor dentro está em milhares reais.



Por esse motivo, deve ser inabilitada por não ter habilitação jurídica para a prestação do serviço objeto do certame em referência.

2.2 – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, POR NÃO TER AUTORIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

Assim como não detém habilitação jurídica para prestar o serviço em comento, a empresa habilitada também não detém qualificação técnica, visto que não tem autorização da Vigilância Sanitária para prestar serviços de manutenção em conformidade com objeto do certame.

Tal questão pode ser verificada na imagem abaixo:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra do Piraí
Secretaria Municipal de Saúde
Diretoria Geral da Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Sanitária

SUS
Sistema Único de Saúde

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - CNES: 6017738

LICENÇA SANITÁRIA

PROCESSO: 6043/2024

MEDICAL SUL - R.A.M. MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
sito à Est Barão do Turvo, Nº 33 - Dorândia - BARRA DO PIRAI,
pode ser ocupado e utilizado como **46.45-1-01 - Comércio**
atacadista de instrumentos e materiais para uso médico,
cirúrgico, hospitalar e de laboratórios de propriedade ou
responsabilidade de Roberto Afonso Miranda Marques, CPF:
975.405.957-87, observadas as disposições regulamentares
quanto a parte dos outros órgãos competentes.

VALIDADE: 30/04/2025 CNPJ: 03.749.855/0001-08

Barra do Piraí, 30 de abril de 2024.

Gerência de Vigilância Sanitária

SES RJ nº 2191 de 2024

Fato é que a documentação apresentada em um certame deve seguir estritamente o objeto especificado no edital. Sendo assim, o alvará sanitário não foge a essa regra. Caso o licitante, ao ler o edital, se sentisse prejudicado de alguma forma, deveria ter impugnado o mesmo e solicitado que fosse aceito também o documento de isenção, se fosse o caso. No entanto, jamais deveria apresentar um documento fora do solicitado.

Conforme se verifica a Licença Sanitária apresentada é única e exclusivamente para **COMÉRCIO ATACADISTA** de instrumentos e materiais médicos.

Uma autorização como está **NÃO SUPRE** a necessária para funcionamento de empresa de Manutenção de Equipamento Hospitalar. Isto porque, as condições e requisitos são totalmente diferentes.

A empresa que presta serviço de manutenção de equipamentos Hospitalares e Odontológicos, deve possuir uma autorização como a que a requerente detém. Veja exemplo abaixo:

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA DE SAÚDE - SS
Departamento de Vigilância Sanitária

ALVARÁ SANITÁRIO

Nº ALVARÁ: 1043/2023 DATA DE VALIDADE: 27/07/2024

Nº PROCESSO: 002330/2004 CMC: 066.916/00-1

TIPO DE ESTABELECIMENTO: Distribuidora e assistência técnica de equipamentos e produtos para saúde

CNAE-ATIVIDADE ECONÔMICA ESTABELECIMENTO: 3319-8/00 4645-1/01

OBSERVAÇÃO: Atividades exercidas: Armazenar, distribuir e expedir produtos para saúde e: **manutenção de serviços de assistência técnica em equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais**

RAZÃO SOCIAL: MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 06.246.208/0001-71

LOGRADOURO: Rua Herman Toledo NÚMERO: 256

COMPLEMENTO: 250/258

BAIRRO: SÃO PEDRO

MUNICÍPIO: Juiz de Fora CEP: 36037210 UF: MG

RESPONSÁVEL LEGAL: Gilson Crepker
CPF: 675.126.746-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Edimar da Silva
CPF: 562.728.986-49
REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL: CREA MG 61644/D

RESP. TÉCNICO SUBSTITUTO:
CPF:
REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL:

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária, concede o presente ALVARÁ SANITÁRIO, sendo que seu(s) responsável(is) assume(m) cumprir a legislação vigente e observar as Boas Práticas referentes às atividades prestadas, respondendo civil e criminalmente pelo não cumprimento de tais exigências.

Este documento deverá ser afixado no estabelecimento, em local visível ao público.

O presente alvará deverá ser renovado anualmente de acordo com o disposto no artigo 85 do Código de Saúde de Minas Gerais - Lei nº 13317/1999 e poderá ser cancelado a qualquer momento, por desobediência ou inobservância do disposto nas normas legais.

Juiz de Fora, 27 de Julho de 2023.

[Assinatura]
Autoridade Sanitária
Lilian dos Santos Ribeiro
Secretaria de Saúde - SS
Departamento de Vigilância Sanitária

Perceba que a autorização é clara para o caso de uma empresa que realiza assistência técnica e manutenção de equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e ambulatoriais.

Aceitar uma autorização diversa, seria contratar uma empresa que não detém as condições sanitárias mínimas para prestar um serviço de tamanha complexidade como a manutenção de equipamentos odontológicos.

Destarte, deve a empresa ser inabilitada por não apresentar a qualificação técnica devida e por não deter autorização sanitária para prestação de serviços de manutenção de equipamentos odontológicos e hospitalares.

Nesse sentido é a jurisprudência dominante:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO EM CERTAME LICITATÓRIO. **AUSÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO**. REQUISITOS DO CERTAME NÃO OBSERVADOS. O processo licitatório deve atender ao princípio da legalidade, devendo observar, principalmente, as exigências dispostas no edital, por se tratar de verdadeira lei interna da licitação. Inteligência do artigo 3º da Lei 8.666 /93 e dos Princípios Constitucionais da Administração Pública. Hipótese em que restou comprovada a ilegalidade do ato praticado pela autoridade coatora, considerando que a parte habilitada e vencedora do certame não preencheu requisitos estabelecidos expressamente no edital PE 818/2018. **Ausência de alvará sanitário** do local de preparo das refeições e apresentado ?Manual de Boas Práticas? de local distinto de onde seria realizado o objeto do contrato. Tendo havido o descumprimento das cláusulas expressamente constantes no edital licitatório, imperativa é a declaração de inabilitação da licitante, impondo-se a anulação da decisão de homologação do procedimento licitatório. APELAÇÃO PROVIDA. UNÂNIME.

Diante do exposto, deve ser revista decisão de habilitação da empresa, uma vez que esta não apresentou as documentações devidas e requeridas no edital em comento.

III - DOS PEDIDOS:

Em que preze o zelo e o empenho deste digníssimo Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, entendemos, com toda vênica, que o julgamento do Pregão em referência **PRECISA SER REFORMADO**, com a devida INABILITAÇÃO da empresa R.A.M. Marques Comercio de Produtos Médicos Ltda, haja vista que esta não apresentou os documentos comprobatórios de sua qualificação técnica.

E, diante de todo o exposto requer a V. Sas. o conhecimento da presente peça recursal, para julgá-la totalmente procedente, desclassificando a empresa Marcos de Paula Pereira, passando então para o segundo colocado.


Nestes Termos Pedimos
Bom Senso, Legalidade
e Deferimento.

Juiz de Fora, 03 de julho de 2024

MEDKER EQUIPAMENTOS
HOSPITALARES
LTDA:06246208000171

Assinado de forma digital por MEDKER
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
LTDA:06246208000171
Dados: 2024.07.03 15:45:27 -03'00'

Eder Antônio De Souza
Sócio
MG-11.083-570 / CPF 013.661.926-64

 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31211150229		Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO


ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

Nº FCN/REMP



MGP2000453285

JUIZ DE FORA

Local

9 Julho 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO __/__/____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO __/__/____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
		Presidente da _____ Turma		

OBSERVAÇÕES


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7914182 em 13/07/2020 da Empresa MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, Nire 31211150229 e protocolo 204032750 - 09/07/2020. Autenticação: C4EC94E43CEA976D383DED1A257EFED8EBC7EA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/403.275-0 e o código de segurança Hw8j Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/403.275-0	MGP2000453285	08/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
675.126.746-00	GILSON CREPKER

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CNPJ 06.246.208/0001-71

NIRE 31211150229

GILSON CREPKER, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 04/08/1967, portador do documento de Identidade M-4.056-148 expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF 675.126.746-00, residente e domiciliado na Rua Alameda Santo Antônio nº.425, Bosque Imperador, CEP 36.037-680, Juiz de Fora/MG e

EDER ANTONIO DE SOUZA, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão total de bens, portador da Cédula de Identidade MG-11083570 SSP/MG, inscrito no CPF 013.661.926-64, nascido em 04/09/1980, residente e domiciliado na Rua Professor Sergio Lessa nº 38, CEP:36.036-540, Nossa Senhora de Fátima, Juiz de Fora/MG.

Únicos sócios da sociedade empresária MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, com sede social na Rua Herman de Toledo, nº 256, 250 e 258, Bairro São Pedro, Juiz de Fora/MG, CEP 36.037-210, inscrita no CNPJ 06.246.208/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob NIRE 31211150229, resolvem alterar as disposições contratuais a seguir:

1ªCLÁUSULA: Altera o objeto social da empresa para Comercio atacadista de instrumentos e materiais hospitalares para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comercio atacadista de moveis hospitalares e de escritório, comercio de equipamentos médicos, odontológicos e eletrônicos novos e usados, manutenção e reparação em móveis e equipamentos hospitalares, odontológicos, laboratoriais, de aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação e locação de equipamentos científicos, médicos, hospitalares e odontológicos.

2ªCLÁUSULA: A sociedade oral alterada, consolida seu contrato nos seguintes termos:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.246.208/0001-71

GILSON CREPKER, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em 04/08/1967, portador do documento de Identidade M-4.056-148 expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF 675.126.746-00, residente e domiciliado na Rua Alameda Santo Antônio nº.425, Bosque Imperador, CEP 36.037-680, Juiz de Fora/MG e

EDER ANTONIO DE SOUZA, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão total de bens, portador da Cédula de Identidade MG-11083570 SSP/MG, inscrito no CPF 013.661.926-64, nascido em 04/09/1980, residente e domiciliado na Rua Professor Sergio Lessa nº 38, CEP:36.036-540, Nossa Senhora de Fátima, Juiz de Fora/MG;

Únicos sócios da sociedade empresária, MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, com sede social da Rua Herman de Toledo, nº 256, 250 e 258, Bairro São Pedro, Juiz de Fora/MG, CEP 36.037-210, inscrita no CNPJ sob nº 06.246.208/0001-71 com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob NIRE 31211150229, resolvem, pelo presente instrumento, reformular o contrato social, em cumprimento ao disposto no Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, conferindo assim nova redação às cláusulas contratuais, passando o Contrato Social Consolidado a vigorar com a seguinte redação:



1ª CLAUSULA - OBJETO SOCIAL

Comércio atacadista de instrumentos e materiais hospitalares para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio atacadista de moveis hospitalares e de escritório, comércio de equipamentos médicos, odontológicos e eletrônicos novos e usados, manutenção e reparação em móveis e equipamentos hospitalares, odontológicos, laboratoriais, de aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação e locação de equipamentos científicos, médicos, hospitalares e odontológicos.

2ª CLAUSULA – PRAZO E DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, extinguindo – se por vontade unânime dos sócios e nos casos previstos em lei.

3ª CLAUSULA – FILIAIS

É facultado à sociedade a qualquer tempo, ao arbítrio exclusivo de sua administração, abrir, manter ou encerrar filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional.

4ª CLAUSULA – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas de valor nominal R\$1,00 (um real) cada uma, subscritos e integralizados pelos sócios, em moeda corrente do país na seguinte proporção:

Sócios:	N.	VN.	Capital
Gilson Crepker	25.000	1,00	R\$25.000,00
Eder Antônio de Souza	25.000	1,00	R\$25.000,00
Total	50.000	1,00	R\$50.000,00

5ª CLAUSULA – RESPONSABILIDADE

I. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002.

II. Conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o artigo 997, VIII, do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.

6ª CLAUSULA - ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

A administração da sociedade cabe aos sócios, Gilson Crepker e Eder Antônio de Souza, com poderes e atribuições de administradores assinando isoladamente cheques, duplicatas, borderô, endossos, ordens de pagamentos e em conjunto para assinarem procuração, contratos de qualquer natureza, contrair empréstimos em bancos oficiais e particulares, onerarem qualquer bem que seja proprietária, autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem a autorização do(s) outro(s) sócio(s).



7ª CLAUSULA - RETIRADA PRÓ LABORE

Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

8ª CLAUSULA - CESSAO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresso consentimento dos demais sócios, cabendo igualdade de condições e preço, o direito de preferência para o sócio que queira adquiri-las.

Parágrafo único: Os sócios que desejarem retirar-se da sociedade deverão comunicar sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, para que possam exercer o direito de preferência, ou ainda, optar pela dissolução da sociedade antes mesmo da cessão ou transferência das quotas.

9ª CLAUSULA - RESULTADO E DISTRIBUIÇÃO

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo Primeiro – A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº 10.406/2002.

10ª CLAUSULA - FALECIMENTO SOCIO

O falecimento, falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da Sociedade, que continuará com seus sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo o falecimento ou impedimento legal de qualquer um dos sócios, caberá aos sócios remanescentes, juntamente com um dos herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento do Balanço Patrimonial, fixativo dos haveres de cada uma das partes. Na proporção das quotas sociais.

Parágrafo Segundo – O Balanço Patrimonial será levantado com a data do último dia do mês anterior ao evento.

11ª CLAUSULA - DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade será dissolvida apenas por deliberação dos sócios-quotistas, para este fim convocados, respeitado a deliberação dos sócios.

12ª CLAUSULA – DESEMPENDIMENTO

Declaram os sócios administradores sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra



a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

13ª CLAUSULA - REUNIOES E DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes, que lavrarão uma Ata de reunião levada posteriormente o registro em órgão competente.

Parágrafo Primeiro – A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme § 6º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/02.

Parágrafo Segundo – A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital e, em segunda, com qualquer número.

Parágrafo Terceiro – Fica dispensado à reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberações, nos termos do § 3º, do art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Quarto – A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078 da Lei nº 10.406/2002 e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos os sócios estiverem presentes e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.

Parágrafo Quinto – Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados.

Parágrafo Sexto – Os sócios deliberarão em reuniões sobre as seguintes matérias, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro do presente artigo:

- I. a aprovação das contas da administração;
- II. a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III. a destituição dos administradores;
- IV. a modificação do contrato social;
- V. a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VI. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VII. o pedido de concordata.

14ª CLAUSULA – FORO

Fica eleito foro da Comarca de Juiz de Fora/MG, para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento.

Juiz de Fora, 09 de Julho de 2020.

Assinado digitalmente por
Gilson Crepker
CPF 675.126.746-00

Assinado digitalmente por:
Eder Antônio de Souza
CPF 013.661.926-64



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7914182 em 13/07/2020 da Empresa MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, Nire 31211150229 e protocolo 204032750 - 09/07/2020. Autenticação: C4EC94E43CEA976D383DED1A257EFED8EBC7EA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/403.275-0 e o código de segurança Hw8j Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/403.275-0	MGP2000453285	08/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.661.926-64	EDER ANTONIO DE SOUZA
675.126.746-00	GILSON CREPKER





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, de NIRE 3121115022-9 e protocolado sob o número 20/403.275-0 em 09/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7914182, em 13/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kassia Maria Cardoso de Paula.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
675.126.746-00	GILSON CREPKER

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
675.126.746-00	GILSON CREPKER
013.661.926-64	EDER ANTONIO DE SOUZA

Belo Horizonte, segunda-feira, 13 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Kassia Maria Cardoso de Paula, Servidor(a) Público(a), em 13/07/2020, às 08:50 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 20/403.275-0.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. segunda-feira, 13 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7914182 em 13/07/2020 da Empresa MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, Nire 31211150229 e protocolo 204032750 - 09/07/2020. Autenticação: C4EC94E43CEA976D383DED1A257EFED8EBC7EA8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/403.275-0 e o código de segurança Hw8j Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO			
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN					
2 ^a 1 ^a NOME E SOBRENOME GILSON CREPKER			3 ^a DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 04/08/1967, JUIZ DE FORA, MG		1 ^a HABILITAÇÃO 30/01/1987
		3 ^a DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO 04/08/1967, JUIZ DE FORA, MG		4 ^a VALIDADE 18/10/2022	
		4a DATA EMISSÃO 18/10/2022		4b VALIDADE 18/10/2022	
		4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF M4056148 SSP MG		ACC 	
		4d CPE 675.126.746-00		5 ^a Nº REGISTRO 04181031816	
NACIONALIDADE BRASILEIRO		3 ^a CAT HAB B		FILIAÇÃO JOSE CREPKER	
PRISCILLA MARIA CREPKER					

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B	18/10/2027		
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

11800416508

MG626678110

LOCAL

BELO HORIZONTE, MG

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAM

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Birthname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 11. Filiação / Filialción - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA041810318<169<<<<<<<<<<
6708043M2710187BRA<<<<<<<<<<O
GILSON<<CREPKER<<<<<<<<<<<<<

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
2341961390

NOME
EDER ANTONIO DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
MG11083570 SSP MG

CPF
013.661.926-64

DATA NASCIMENTO
04/09/1980

FILIAÇÃO
CIDINEY CRUZ PEIXOTO
DE SOUZA
CLEUZA MARIA DE SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03729922442

VALIDADE
06/01/2032

1ª HABILITACAO
04/11/2005

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JUIZ DE FORA, MG

DATA EMISSAO
07/01/2022

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

80458868145

ASSINATURA DO EMISSOR

MG609144952

MINAS GERAIS

PROIBIDO PLASTIFICAR
2341961390

EDER ANTONIO
DE
SOUZA-01366192
664

Assinado de forma digital
por EDER ANTONIO DE
SOUZA-01366192664
Data: 2022.06.08
15:02:38 -03'00'

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 09/04/2024 15:14:40 que o documento de hash (SHA-256)

30d02be6446fca7bd37c4129794bb97dca756454174d1d48095d4e4b0410e884 foi validado em 09/04/2024 15:13:07 através da transação blockchain
0x180e553d38a28bfc6c0abcb5566b2b723269551d827a39cd0c84099a44b8fad1 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 203447)



Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 08/07/2024

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **30d02be6446fca7bd37c4129794bb97dca756454174d1d48095d4e4b0410e884** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Binance Smart Chain, sob o identificador único denominado NID **203447** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**CNH EDER**", cujo assunto é descrito como "**CNH EDER**", faz prova de que em **09/04/2024 15:12:59**, o responsável **Medker Equipamentos Hospitalares Ltda (06.246.208/0001-71)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Medker Equipamentos Hospitalares Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **15/04/2024 16:34:04** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x180e553d38a28bfc6c0abcb5566b2b723269551d827a39cd0c84099a44b8fad1**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://bscscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

